



SEÇÃO TEMÁTICA

Para rir, para brincar, para fazer troçar dos  
padres: o riso como estratégia política durante a  
fundação da República Portuguesa (1908-1911)

*To laugh, to play, to make fun of priests: laughter  
as a political strategy during the foundation  
of the Portuguese Republic (1908-1911)*

Carlos André Silva de Moura\*  
Edmilson Antonio da Silva Junior\*\*

**Resumo:** A partir da perspectiva teórico-metodológica da história cultural e da análise do discurso, este artigo considera a relação do humor crítico, produzido por periódicos ilustrados nas primeiras décadas do século XX, com eventos socioculturais envolvendo a monarquia, o republicanismo e sua relação com a igreja católica. Com a investigação n' *O Xuão* (1908-1910) e *O Zé* (1910-1915), compreendemos a influência do material no processo de instauração da Primeira República portuguesa, bem como na elaboração de representações sobre a implantação do projeto de “eliminação” do catolicismo a partir de uma política laicista. Compreendemos que a veiculação das caricaturas satíricas, charges e piadas nos jornais humorísticos de cunho republicano foram fundamentais para a projeção de ideias políticas, sociais, econômicas e culturais entre a população, especialmente pelo número de não alfabetizados no recorte temporal analisado.

**Palavras-chave:** Humor crítico. Catolicismo. República. Caricaturas.

**Abstract:** This article contains an introductory presentation of the medieval text *Vision of Tnugdalus*, a description of the context of its emergence and its discursive genre, and a theoretical reflection on its content from the Bakhtinian concept of carnivalization and other concepts of historical approach that are part of the reflection of scholars who describe medieval popular culture and the phenomena correlated with this text. The part of the *Vision of Tnugdalus* that narrates the visionary's passage through hell is exclusively delimited. In this study, the synchronic aspect stands out and the proposed discussion applies to the depth of the imaginary, to the cultural phenomenon that manifests itself in the narrative. From the Cassirerian cultural point of view, on which Bakhtin is based, texts of this kind, very common in the Middle Ages, represent a symbolic resource to overcome the fear of death, which is intrinsically part of the cosmivision of the human being endowed with culture.

**Keywords:** Critical humor. Catholicism. Republic. Caricatures.

---

\* Professor Associado e Livre-docente da UPE (Recife-PE). Doutor em História (UNICAMP, Campinas-SP). ORCID: 0000-0002-5584-1398. Contato: [casmcarlos@yahoo.com.br](mailto:casmcarlos@yahoo.com.br)

\*\* Doutorando em História (UFRPE, Recife-PE). ORCID: 0000-0003-4536-4249. Contato: [edmilsonantoniosjunior@gmail.com](mailto:edmilsonantoniosjunior@gmail.com)

## Introdução

O processo de implementação da Primeira República em Portugal (1910-1926) tem sido um tema bastante abordado pela historiografia política e cultural, que tem interesse em discutir a postura do Estado português frente à igreja católica. Fernando Catroga (2001) dedicou parte de seus estudos à ascensão das associações de livre-pensamento e a consequente evolução do anticlericalismo nos finais do século XIX, apontando a difusão de ideias republicanas atreladas ao cientificismo francês do século XVIII. Tal pensamento tinha como espaço de difusão e sociabilidade a universidade de Coimbra, os meios político-institucionais e os periódicos noticiosos que circulavam nos grandes centros urbanos.

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, cerca de 76% da população maior de 7 anos de idade não sabia ler e escrever (Moura, 2021, p. 50). Além disso, de acordo com a Constituição de 1838, a participação política não cabia a todos os cidadãos portugueses. Segundo seu Artigo 72, para ter direito ao voto, além dos vinte e cinco anos de idade, era necessário possuir uma renda líquida anual de oitenta mil réis, cifra inalcançável para muitos trabalhadores (Portugal, 24 abr. 1838).

Nesse sentido, dada a distância dos espaços intelectuais da maior parte da população, do analfabetismo em uma quantidade significativa da sociedade e do afastamento compulsório das camadas mais pobres dos processos político-institucionais, poder-se-ia imaginar um processo de instituição da república com baixa adesão popular em 5 de outubro de 1910. Contudo, as manifestações que deram origem ao período republicano português contaram com aproximadamente cem mil manifestantes, dos quais uma parte considerável constituía a classe operária. Devido à popularidade do evento, diversos estabelecimentos encerraram as atividades por volta do meio-dia, os trabalhadores das fábricas deixaram os galpões no mesmo horário para se juntar a outros manifestantes na Praça de Camões, local de concentração do ato cívico (Catroga, 1998, p. 236).

Em nossa perspectiva, a ampla adesão das classes populares ao processo de implantação da república, aos ideais liberal-democráticos e ao laicismo também ocorreu devido à veiculação das informações em jornais humorísticos, sobretudo aqueles que utilizavam o humor gráfico como principal alicerce editorial. Impulsionados pela transmissão das piadas nos periódicos, os ilustradores desses gêneros de imprensa agiram como mediadores culturais ao tornar os eventos palatáveis para a parcela da população que tinha nas caricaturas uma mensagem direta, jocosa e capaz de provocar consenso. Nas primeiras décadas do século XX, diferentes grupos foram importantes para a ascensão das ideias republicadas. Entre os operários, as propostas anarco-sindicalistas ganharam proporção na mobilização dos trabalhadores, nas redações dos periódicos e no mundo tipográfico, com contribuições para a circulação dos períodos (Matos, 2004, 2011; Pinto, 2011).

Para o desenvolvimento deste artigo, utilizamos como fonte os periódicos *O Xuão* (1908-1910) e *O Zé* (1910-1915), por se constituírem como parte de um gênero de imprensa que tinha o objetivo de abordar os fatos noticiosos veiculados pelos jornais a partir do humor crítico utilizando as charges. Todos os editoriais dos impressos tinham os ideais republicanos como diretriz para a produção dos conteúdos e, portanto, costumavam publicar críticas ao regime monárquico constitucional, bem como à igreja

católica e seu corpo eclesiástico. A seleção das caricaturas utilizadas no artigo teve como base as temáticas que relacionassem questões políticas e religiosas em torno das discussões republicanas. Examinamos os documentos a partir da História Cultural, compreendendo-os como instrumentos de propagação de representações de mundo que são frutos da prática intelectual de agentes políticos que tinham o objetivo de tornar hegemônicas as ideias de seu grupo (Chartier, 2002, p. 17).

Sendo as religiões representações culturais que almejam a universalidade, é importante percebê-las, por um lado, não como neutras, mas como interessadas em oferecer suporte ou rechaçar projetos políticos, bem como, por outro lado, determinados regimes privilegiam ou vilipendiam expressões religiosas, como foi o caso do republicanismo liberal português com o catolicismo (Silva, 2011, p. 227; Coutrot, 2015, p. 335). Para nos auxiliar no exame das fontes, utilizamos a análise do discurso, sobretudo em sua corrente francesa, pois nos permite compreender o discurso humorístico acerca da monarquia, do catolicismo e da igreja não como frivolidades de uma imprensa “menos séria”, mas como uma estratégia para seduzir o receptor da mensagem, uma vez que as ironias, as sátiras, as paródias e as histórias engraçadas são categorias atreladas à prática comunicativa humorística e possuem o poder de fazer de seu interlocutor um cúmplice (Vale, 2015, p. 437).

## **O republicanismo e o anticlericalismo por meio dos periódicos de humor**

A Primeira República portuguesa foi fruto do longo amadurecimento de um circuito de ideias liberais que circulavam nos meios políticos e nos centros acadêmicos desde a segunda metade do século XIX. Baseadas em outras experiências europeias, os republicanos que dissolveram a monarquia constitucional não apenas a representavam como centralizadora e antidemocrática, mas também enxergavam nela uma íntima relação com a igreja católica, associando-as com instituições degeneradas, atrasadas e de interesses estrangeiros, uma vez que o clero era entendido como a presença da cúria romana em território de Portugal.

Após a instauração da república, inúmeras transformações foram postas em curso. No entanto, para a construção da nossa narrativa, a mais relevante foi a imposta pela Lei de Separação entre o Estado e a Igreja, de 1911. Sob decreto, em 20 de abril a legislação pôs em vigor um conjunto de artigos que, ao invés de instituírem a laicidade, colocou em curso o controle, a desapropriação, a perseguição e a censura da igreja católica. Além dos entraves orquestrados pelo aparato jurídico e policial do novo regime, a instituição eclesiástica sofreu ataques de indivíduos da sociedade civil e de membros de grupos republicanos. De acordo com Carlos Moura (2018, p. 115-116), nos primeiros meses após a implantação da Primeira República era comum a veiculação de notícias sobre ações anticlericais que haviam vitimado membros do clero ou saqueado instituições eclesiásticas. Entre os anos de 1910 e 1917, Ricardo Duarte (2011, p. 25-30), que se dedicou a analisar a violência anticlerical no início da república, encontrou 90 casos de destruição, danificação e uso provocador de imagens ou objetos litúrgicos denunciados em periódicos de base republicana e católica em Portugal.

Entre os meses de outubro e dezembro de 1910 foram registrados seis casos. No ano seguinte, dezesseis ocorrências foram veiculadas na imprensa, em 1912 este número cresceu para dezenove e, apesar de uma queda moderada no índice dos eventos, até o ano de 1916 a quantidade de ações violentas contra as instituições eclesiásticas era maior que treze, representando, em média aritmética, um pouco mais de uma ocorrência para cada mês do ano. Tais práticas eram realizadas de forma individual ou coletiva e tinham como objetivo “profanar” os ícones usados no processo litúrgico. Ou seja, na maioria das invasões, as instituições religiosas aconteciam sem que houvesse qualquer furto ou roubo. Geralmente realizados à noite, os ataques visavam a destruição dos itens religiosos das igrejas e eram acompanhados de gracejos e ridicularizações de tudo o que era significado como sagrado no catolicismo (Duarte, 2011, p. 29-32).

A ação das forças policiais na perseguição de eclesiásticos portugueses pode ser comumente associada à gerência de um regime por um movimento político avesso à igreja católica e suas práticas de doutrinação. No entanto, não existe uma ligação direta entre as práticas desempenhadas pelo braço armado do Estado contra o clero e as ações de populares em vilipêndio a essas instituições religiosas. Enfatiza-se que as medidas adotadas por Afonso Costa (1871-1937), à época Ministro da Justiça e principal nome da Primeira República, no projeto de “extinção” do catolicismo, em poucas décadas (Moura, 2010, p. 84) poderiam conceder a sensação de legitimidade. Contudo, a Lei de 20 de abril de 1911, a partir dos artigos 3º, 11º, 12º e 13º afirmava que, em território português, ninguém poderia ser perseguido por motivos de religião e, caso o fosse, quem o fizesse poderia incorrer em penas de multa e reclusão (Portugal, 1911). As ações de populares contra as instituições eclesiásticas tinham embasamento e eram motivadas não pelas ações policiais do regime, mas, também, pela hegemonia da narrativa anticlerical que vinha sendo propagandeada para diversos públicos desde a segunda metade do século XIX, em diferentes gêneros de imprensa (Pinto, 2017).

Tal perspectiva era frequentemente representada em associação com críticas à Monarquia Constitucional. Nos últimos anos do período monárquico português, os jornais e revistas humorísticos não pouparam críticas a importantes personagens do governo e às decisões tomadas por eles, bem como não deixaram de significar, em sua ótica, os eventos mais relevantes para o cenário político. As mensagens satíricas contra o então regime versavam sobre temas cotidianos que passavam por uma crise institucional, econômica e social, bem como uma depreciação do papel da igreja católica no país (Tuna, 2021). O jornal *O Xuão*, a respeito da fragilidade financeira alcançada pelos cofres públicos de Portugal, em 26 de maio de 1908, publicou uma caricatura que ilustrava o modo como enxergava a relação entre o tesouro e o *déficit* orçamentário, bem como a postura dos políticos, do povo e da economia frente a tal questão:

Intitulada de “A eterna história”, a caricatura apresenta uma ratazana gigante representando o saldo negativo do Estado e um queijo, quase consumido por inteiro,

caracterizando o tesouro português. No plano de fundo, à direita, Silva e Souza<sup>1</sup>, responsáveis pela ilustração, retrataram um pequeno e impotente gato como a economia. À esquerda, outras três caricaturas significavam, na figura do personagem de chapéu e faixa vermelha na cintura, a insatisfação do povo frente à crise financeira e à inércia da classe política monárquica representada pelas figuras vestidas de preto e com expressão corporal de inatividade. Abaixo, um diálogo entre a caricatura que representa o povo e uma das que representam o Estado aprofundam o contexto da ilustração: “– O’ sur. Almirante? Então este queijo cada vez mais pequeno? – Então que quer? E’ dar graças a Deus do rato não ter mais appetite!!!” (O Xuão, n. 14, 26 mai. 1908, p. 8). De maneira satírica, o desenhista responsável pela página não apenas simplificava um assunto complexo sobre a balança comercial e o “mal-estar” financeiro de um país, mas subvertia a imagem da classe política responsável pelo setor econômico, tirando dela o lugar de prestígio e atribuindo-lhe o ridículo da inoperância.

**Figura 1. Ilustração sobre o sistema financeiro em Portugal**



Fonte: O Xuão, nº 14, 26 mai. 1908, p. 8.

*O Xuão: semanario de caricaturas* foi um jornal de fins crítico-humorísticos de princípios republicanos. Seu nome era uma referência ao então Presidente do Conselho, João

1 João José da Silva e Souza (1876-1952) foi caricaturista português que frequentou a Escola de Belas Artes de Lisboa, tornando-se um ferrenho crítico a monarquia. Iniciou a sua carreira como ilustrador dos contos de Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora de literatura infantil, jornalista, pedagoga e ativista republicana. Colaborou com os periódicos humorísticos *Os Ridículos*, *O Xuão* e *O Zé*.

Ferreira Franco (1855-1929), e sua primeira publicação, em fevereiro de 1908, ocorreu em um contexto de crise acentuada na gerência da monarquia constitucional. João Franco foi uma figura proeminente no final da monarquia constitucional e ocupou lugares de destaque nos “governos regeneradores” do regime até sua ruptura, em maio de 1907, com os grupos políticos que o auxiliaram a chegar à cúpula dos ministérios e a chefá-la. Essa fase da gestão de João Franco caracterizou-se pela violência política e repressão policial sob a justificativa de que ele seria o “guia nacional”, o responsável por recolocar Portugal em suposta ordem que havia sido perdida. Parte da sociedade civil rejeitou o modelo de gestão adotado e, junto ao Partido Republicano Português, organizaram mobilizações com a intenção de derrubar a monarquia e o governo em janeiro de 1908. Fracassada, a intenção descambou para a efetivação do regicídio que vitimou, em 1º de fevereiro de 1908, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe (1887-1908) e o Rei D. Carlos (1863-1908). Devido a esses assassinatos, D. Manuel (1889-1932) foi proclamado rei de Portugal, mas, junto ao parlamento, não conseguiu superar as crises vigentes (Saldanha, 2015, p. 137-138).

Frente ao agravamento dos problemas sociais e as tentativas de repressão política, o Partido Republicano, seus centros de propaganda e outros simpatizantes de tais ideias impulsionaram posições refratárias ao regime com duras críticas aos principais atores políticos do momento. *O Xuão*, em seu primeiro número, representou João Franco como um mau administrador, como um homem amedrontado, ridicularizando as representações de “messias” que ele buscava construir:

### Figura 2. Caricatura de João Franco



Fonte: *O Xuão*, n.1, fev. 1908, p. 1.

Na caricatura, o então Presidente do Conselho está de braços cruzados, em uma postura de imobilidade por medo ao observar a representação de seu governo por meio

da ilustração das ruínas de um castelo. De acordo com Charaudeau (2015, p. 113), as figuras dos atores políticos são construídas com base na edificação de “imagens de si” que convençam e emocionem. A partir das caricaturas, periódicos humorísticos buscavam desconstruir as representações de credibilidade, seriedade, virtude e competência que, por exemplo, João Franco tentava reunir em torno de si (Charaudeau, 2015, p. 120-125). Colocá-lo como indefeso e trêmulo diante dos crescentes problemas do regime monárquico que ele afirmou ser capaz de resolver era uma das formas de reapresentá-lo, a partir da ilustração, como um personagem incompetente, desvirtuoso e cômico, incapaz de ocupar um posto de gestão estatal e, como expressa a legenda da ilustração, alguém que assistia “impassível ao desmoronamento do seu castelo” (O Xuão, n. 1, fev. 1908, p.1).

As narrativas em relação à monarquia constitucional também estiveram intimamente relacionadas com más projeções da imagem da igreja católica portuguesa; afinal, ao longo dos anos 1900, as associações de livre-pensamento já haviam ocupado espaço no cenário luso e estavam ligadas às ideias republicanas. Os liberais entendiam que a instituição eclesiástica e o regime monárquico eram questões conectadas e deveriam ser solucionadas em conjunto. De acordo com Fernando Catroga (2001, p. 340), o anticlericalismo fomentado por esses grupos alcançou as vésperas da república como um projeto que não se restringia a laicização do Estado, mas visava a totalidade da vida social.

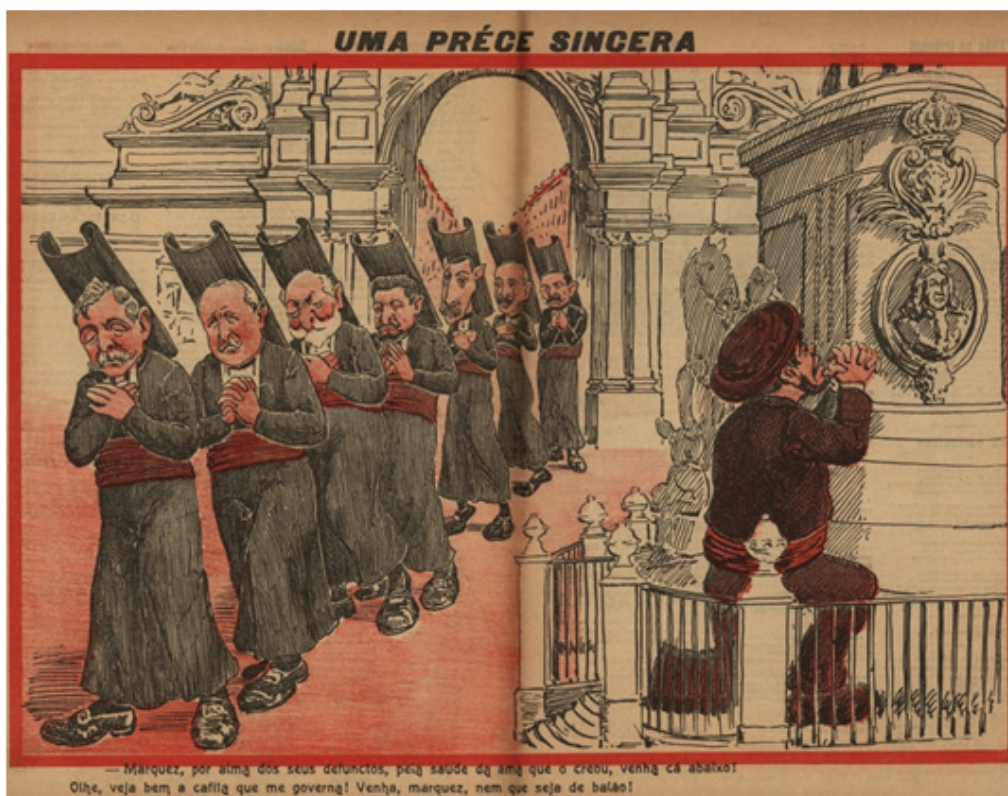
O laicismo foi um dos pontos mais importantes na mobilização e contestação social para a derrubada do regime monárquico português, pois, para parte da sociedade civil, as estruturas política e simbólica que representavam a monarquia eram ligadas à igreja católica. Para desqualificar a imagem do rei, criticava-se a sua “beatice” e a rainha “mãe” que, por sua vez, era vista como “beata”, protetora da Companhia de Jesus (Moura, 2010, p. 38). Para essa parcela dos portugueses imersa nas representações das associações de livre-pensamento, o clericalismo era um agente de Roma e não estava interessado em solucionar as questões nacionais. Desse modo, acreditava-se ser urgente a fundação da república (Moura; Silva Junior, 2022, p. 31-32). Segundo Maria de Brito Moura (2010, p. 26), foi o combate pela laicização da sociedade portuguesa que permitiu a aliança entre militantes de diferentes campos políticos em prol do levante contra a monarquia.

Sendo esse anticlericalismo o denominador comum entre os diferentes campos que compunham a política portuguesa, também foi ele o elemento fundamental para a mobilização das multidões descontentes com o regime vigente. Fomentado de forma aguda na segunda metade do século XIX com o sucesso das organizações de livre-pensamento, o apogeu dos discursos contra a influência da igreja católica foi evidenciado nas manifestações que ocorreram em 2 de agosto de 1909, principalmente em Lisboa. A capital de Portugal era o centro do anti-catolicismo no país, congregando manifestações que contaram com aproximadamente duzentas mil pessoas e demoraram cerca de quatro horas para cumprir o trajeto organizado pelos líderes (Moura, 2010, p. 39).

É importante destacar que a aversão a alguns setores da igreja católica não se iniciou com as organizações anticlericais em meados do século XIX. A rejeição de parte da sociedade a algumas secções da hierarquia eclesiástica pode ser encontrada desde o século XVIII, quando o marquês de Pombal (1699-1782), à época secretário de Estado

dos Negócios Interiores do Reinado de D. João I, expulsou a Companhia de Jesus e seus missionários de Portugal, em 1759 (Moura; Silva Junior, 2022, p. 30). Embora houvesse uma distância temporal considerável entre as ações pombalinas, as disputas políticas para o fim da monarquia e a instituição de uma república laicista, as representações da história que envolviam o marquês foram utilizadas para a promoção dos ideais anticlericais em 1909:

**Figura 3. Representações contrárias ao clero**



Fonte: O Xuão, n. 48, 19 jan. 1909, p. 4-5.

Na ilustração, o caricaturista representou, à esquerda, sete membros do clero enfileirados, com roupas talares e com as mãos juntas em símbolo de oração. À direita, há a caricatura que, comumente no periódico, representa a população. O “Zé Povo”, como era chamado, ou o “Zé Povinho”, foi desenhando em posição de súplica ao monumento em homenagem ao Marquês de Pombal e, sob o título de “uma prece sincera”, realiza o que parece uma oração: “— Marquez, por alma dos seus defunctos, pela saúde da ama que o creou, venha cá abaixo! Olhe, veja bem a cafila que me governa! Venha, marquez, nem que seja de balão!” (O Xuão, n. 48, 19 jan. 1909, p. 4-5). O resgate de um período em que os jesuítas foram expulsos de Portugal evidencia o contato dos anticlericais com a herança anticongreganista de seu passado. A proposta também busca construir a ideia de que as épocas se assemelhavam, pois o Marquês de Pombal teria melhorado o cenário português do século XVIII com a expulsão da congregação do território português e, no século XX, o mesmo problema teria ressurgido. A ênfase ao representante político



do século XVIII também era uma referência específica ao antijesuitismo, sua principal bandeira, que se distanciava do anticatolicismo (Pereira, 2019).

Nesse sentido, a formulação da mensagem por meio da ilustração satírica objetivou inverter os papéis das representações caricaturais envolvidas na cena construída. O “Zé Povo” reza por uma intervenção messiânica que o salvasse de quem o governava, que o livrasse tanto da hierarquia eclesiástica quanto da monarquia.

Vistas em associação, as representações dessas instituições eram compreendidas para além da estrutura política e pública. Ou seja, além de “beata”, a monarquia era vista como legitimadora do catolicismo e, necessariamente, apoiadora de setores que visavam “policiais nos seus exercícios de tiro ao alvo”, que caluniaram, segundo eles, tudo que de honesto existia em Portugal. Os centros de formação católica eram apresentados pelos republicano-liberais como lugar onde se “albergam sagrados devassos que abandonam filhos e tentam roubar beijos de raparigas honestas” (O Xuão, n. 77, 17 ago. 1909, p. 2).

Muito embasada na herança pombalina, a ordem que mais reunia consenso e antipatia era a Companhia de Jesus, configurada na narrativa de que as grandes questões vivenciadas pelos portugueses eram fruto da “acção malévola” dos jesuítas. Essas representações estavam vinculadas na ideia de uma conspiração mundial que objetivava a conquista do poder de intervenção sociocultural e política que possibilitasse o domínio do imaginário das populações (Moura, 2010, p. 31).

De forma semelhante ao que ocorreu em países que também passaram por processos de laicização, as representações sobre os jesuítas alcançaram diversas regiões portuguesas devido aos relatos orais de seus supostos atos de perversidade contra o povo. Por mais católica que fosse a sociedade portuguesa naquele momento, era ela a responsável pela propagação do rico acervo anedótico em histórias que transformavam padres e freiras em “figuras ridículas”. De acordo com Maria Brito de Moura (2010, p. 32-33), para alguns intelectuais católicos que vivenciaram a ascensão das ideias laicistas, o catolicismo, enquanto religião do Estado no fim da monarquia constitucional, era apenas simbólico, mantido exclusivamente pela força da tradição que se havia cultivado no passado. Além disso, devido às projeções das organizações de livre-pensamento, a prática da religião católica passou a ser vista como sinônimo de atraso, obscurantismo em relação às novas descobertas científicas e as filosofias materialistas. Dessa associação entre catolicismo e inépcia não escaparam os colégios jesuítas, antes reconhecidos como promotores de uma boa formação educacional (Moura; Silva Junior, 2022, p. 33).

Além de representações que cruzavam as cidades a partir da oralidade, das piadas que subverteram o *status* de um posto na hierarquia da igreja católica, os periódicos de humor, especialmente os ilustrados, tiveram um papel fundamental na propagação da imagem dos jesuítas como os responsáveis pelas crises vivenciadas em Portugal. As caricaturas tinham como foco os padres, algumas representações devocionais, como Maria, ou lideranças do clero, a exemplo dos bispos. O jornal O Xuão, publicado em 22 de fevereiro de 1910, expressou bem essa perspectiva:

Na caricatura intitulada “O Zé dos Passos”, o rei foi representado de forma satírica, em associação à imagem de Nossa Senhora, carregada por quatro personagens em uma base com a frase “O Imaculado”. O “Zé Povo”, por sua vez, também foi ilustrado

sob uma base onde comumente se transportam as representações religiosas durante as celebrações litúrgicas, mas, diferentemente da primeira, o personagem que significava a população portuguesa aparece carregando uma cruz que tem, em seu tronco, as palavras “Monarchia” e “Jesuitismo”. Na base da representação, carregada por outras caricaturas do “Zé Povo”, está escrita a frase “A Besta Eterna”, nomeando a imagem da população e seu ato de carregar o castigo que, para os republicanos, seriam o regime monárquico e a congregação dos jesuítas. Abaixo da caricatura impressa no periódico, os editores puseram a seguinte legenda: “Quem devia ir á frente era eu e não aquella porca desavergonhada” (O Xuão, n. 104, 22 fev. 1910, p. 4-5).

**Figura 4. Crítica à atuação dos membros da Companhia de Jesus**



Fonte: O Xuão, n. 104, 22 fev. 1910, p. 4-5.

O discurso, nesse caso expresso em formato de ilustração, não possui apenas a função de representar a realidade tal como ela é. A prática discursiva também é executada com a finalidade de significar o real, o mundo material, de tal forma que os jornais humorísticos que utilizavam caricaturas não apenas representavam a visão de mundo de seus editores, mas significavam os eventos e personagens políticos à sua maneira, objetivando a propagação de uma leitura de conjuntura semelhante à sua, construindo uma cultura política que, se hegemônica, facilitaria a estruturação de seus projetos sociopolíticos (Fairclough, 2016, p. 95).

Entendemos por cultura política um conjunto de normas, valores, práticas, representações, tradições e crenças disseminado por indivíduos em determinado espaço e recorte temporal (Baptista, 2016, p. 672). Essas construções imagético-discursivas competem entre si e visam alcançar destaque para tornar predominantes as narrativas que abrigam em seu núcleo. Em 5 de outubro de 1910, com a implantação da república e o seu projeto de laicismo caracterizado pela perseguição e silenciamento das práticas da igreja católica (Moura, 2018, p. 58), a edificação paulatinamente construída ao longo da segunda metade do século XIX pelos anticlericais atingiu a estrutura do Estado sob

a gestão de um regime republicano.

Em relação à derrocada da monarquia e da igreja católica, alguns periódicos humorísticos alinhados com o pensamento do recém-instaurado projeto “revolucionário” manifestaram o contentamento com tais acontecimentos, a exemplo do jornal *O Zé*, veículo de imprensa sucessor d’*O Xuão*<sup>2</sup>. De acordo com o periódico, a monarquia havia desaparecido e “mal pareceria conservar-se o nome do dictador a um semanario republicano”, portanto, reapareceu naquele dia o antigo periódico, mas “chrismado com o nome de *Zé*” (*O Zé*, n. 1, 1 nov. 1910, p. 2). Sob a vitória do projeto republicano, os editores do jornal afirmavam que viria “para rir, para brincar, para fazer troçar dos *padres* d’esta sociedade e gosar os prazeres d’esta vida, porque para tristezas bem bastam aquellas que a rica monarchia [...] me meteu no corpinho” (*O Zé*, n. 1, 1 nov. 1910, p. 2)<sup>3</sup>.

Os colaboradores de *O Zé* se mostravam entusiasmados com o novo regime instaurado e com textos e caricaturas em tom satírico, galhofavam das principais figuras do período monárquico, a exemplo do poema gozador a respeito da prisão de João Franco, que teria ocorrido em 30 de outubro de 1910. No periódico publicou-se:

#### **O Xuão na gaiola**

Xuão, grande damnado, pois então, / Meu rijo “Chico Tezo”, meu valente, / Deixaste-te prender, pobre innocente, / Tu que eras tão casmurro e fanfarrão?! / Dizias que eras tão tezo e valentão, / Querias p’ra Timor mandar a gente, / Cortando os jacobinos muito rente / E afinal tu é que foste p’ra prisão?! / Que fizeste, meu Fervilha, á valentia, / Onde foi que metteste essa tezura / Que o teu partido em ti ha muito via?! / Filhinho, impõe agora essa figura! / Vá lá defende a torpe monarchia! / Então tu já não fazes ditadura?! (*O Zé*, n. 1, 1 nov. 1910, p. 7, grifos da fonte).

Ironizar o político defensor da monarquia era estender o revés aplicado ao antigo regime e a todos os seus administradores que, porventura, simpatizassem com as ideias e entrassem em contato com as narrativas de *O Zé*. Em sentido contrário, o periódico visava partilhar com seus correligionários o deboche da vitória ao contrastar a antiga posição de quem aplicava o que os republicanos denominavam de “ditadura”, ordenando exílios e prisões, com a presença da mesma figura em situação de cárcere e proibida de enunciar seus discursos antirrepublicanos.

À medida que o governo republicano avançava com suas pautas e projetos políticos, os editores de *O Zé* aparentavam mais liberdade para realizar críticas ao que restava da monarquia no cenário português. Essa situação de conforto diante do novo regime tanto pode ser percebida a partir dos conteúdos veiculados das edições quanto por meio da marca do periódico. O “*Zé Povo*”, que nas publicações de *O Xuão* aparecia frequentemente aflito, cansado ou em alguma situação difícil, no título do jornal inaugurado com a Primeira República, como pode ser visto na imagem abaixo, foi ilustrado deitado

---

2 Provavelmente a mudança de nomenclatura do periódico e a indicação de uma nova fase da imprensa humorística se deu por ocasião da fundação da Primeira República Portuguesa. O personagem “Xuão”, que representava João Franco, junto com o clero e a Monarquia, apesar de ainda evocado de maneira ridícula, não ocupava mais um espaço central na política. Por outro lado, para os republicanos, com o sucesso do “*Zé Povo*” e a participação da população nos eventos ocorridos em outubro de 1910, “*O Zé*” apresentava maior sentido e deveria intitular a nova versão do jornal.

3 Um fragmento deste documento foi utilizado no título do artigo.

e lacrimejando, ao que parece, devido a tantas risadas. Do mesmo modo, no primeiro número, de 1º de novembro de 1910, o material divulgou em sua capa a provocação do personagem principal em relação a uma representação da igreja católica.

**Figura 5. Capa do periódico “O Zé”**



Fonte: O Zé, n. 1, 1 nov. 1910, p. 1.

Com semblante de alegria, aparência de força, armas em punho e estatura maior, “O Zé do Povo” provocava um personagem que guardava símbolos do clero e da Monarquia, com estatura menor, aparência de tristeza, fraqueza e velhice. Com aparências antagônicas, a frase “O’ pequeno não choras, adhere”, demonstra o fim da possibilidade de continuidade do protagonismo do poder religioso em Portugal, amparada na legislação laicista.

A lei de separação entre o Estado e a Igreja, publicada em 20 de abril de 1911, foi parte fundamental para o desenvolvimento do amplo processo de laicização da sociedade portuguesa. O responsável pela redação dessa legislação, bem como a ampla propaganda sobre a suposta necessidade de aplicá-la, foi o ministro Afonso Costa. O imposto por esse decreto, bem como a atuação dos representantes políticos, apartou o Estado de uma perspectiva “neutra” em relação à igreja católica. A república pôs em funcionamento

uma estrutura pública que, ao invés de apartada da religião, assumiu uma postura antirreligiosa e atea, fomentando uma intensa propaganda contra o catolicismo em todas as esferas (Moura, 2021, p. 62-63). Quando o Estado não se utilizava do aparato público para projetar suas representações, os periódicos como *O Zé*, que simpatizavam com o republicanismo, o faziam. Na edição de 25 de abril de 1911, repercutindo a publicação da lei de separação, o semanário veiculou a seguinte caricatura:

**Figura 6. Publicação sobre a lei de separação entre o Estado e a Igreja**



Fonte: *O Zé*, n. 24, 25 abr. 1911, p. 1.

Na ilustração produzida por Silva e Souza estão presentes as caricaturas de Afonso Costa, do *Zé Povo* e de uma menina que, de acordo com as edições anteriores, representa o ano de 1911. Em primeiro plano, Afonso Costa foi desenhado a explicar à garota o que ocorria no seu intestino. Próximo a um penico, o ministro está a segurar, com uma pinça, um verme que representava a igreja católica, enquanto o *Zé Povo*, ao fundo, tapa o nariz com as mãos, dando a entender a existência de odores no local. Na ilustração, a representação do ministro da Justiça destaca para a criança que, “com a separação”,

ela iria melhorar. Essa frase fazia ligação com a representação do frasco de remédio que está no canto superior esquerdo da imagem. O rótulo indica o medicamento tomado pelo ano de 1911 para livrar-se do verme representado pela Igreja, com referências ao decreto de separação entre o Estado e a instituição eclesiástica.

A referência a um tratamento médico também se constituía em uma alusão ao protagonismo dos estudantes e profissionais de medicina nos movimentos republicanos em Portugal. Alguns dos apoiadores, como António José de Almeida (1866-1929), Domingos Higinio de Sousa (1862-1904) e Manuel de Brito Camacho (1862-1934), são exemplos de personagens oriundos das instituições médicas em Coimbra e Lisboa com efetiva participação na construção das ideias republicanas (Pires, 2017).

De acordo com Elias Saliba (2017, p. 7), quando determinadas semelhanças são exploradas de maneira conjunta no interior de grupos sociais e com relativo consenso, formam-se conexões no “circuito do riso espontâneo”, o que evidencia que o humor é socialmente produzido e compartilhado. As caricaturas satíricas de cunho anticlerical e antimonárquico fizeram sentido naquele momento porque parte da população partilhava de insatisfações semelhantes às de quem produzia os conteúdos e estavam imersos em um mesmo grupo social, o que permitia o reconhecimento das caricaturas e a compreensão das piadas realizadas a partir dos elementos próprios da cultura. Na ilustração exposta, além de Afonso Costa, os elementos que concedem contexto a imagem e contam uma “história”, como a verminose que causa desconforto, o remédio em líquido e o recipiente para os excrementos, são reconhecíveis devido à experiência da população no início do século XX.

Ferramenta importante ao longo do processo de fundação da Primeira República portuguesa, o humor satírico por parte dos republicanos não cessou com a publicação da lei de separação entre o Estado e a Igreja. Até a implantação da ditadura militar, no ano de 1926, e da instituição de uma rígida censura, periódicos republicanos continuaram a realizar críticas e elogios a determinadas ações, personagens e eventos ocorridos no cenário português. A igreja católica, seus intelectuais e o projeto de recatolização da sociedade continuaram a ser ridicularizados e, com o passar dos anos, algumas figuras da Primeira República entraram na mira dos redatores. Os jornais *O Xuão* e *O Zé* tiveram objetivos bem definidos entre 1908 e 1915, recorte em que as suas edições foram publicadas, servindo ao movimento republicano como ilustradores de suas ideias e catalisadores do pensamento antimonárquico e anticatólico, uma vez que, através das caricaturas humorísticas, atingiam a maior parte da população portuguesa iletrada.

## Considerações finais

Ao historiador que se dedica a analisar o universo do humor, sobretudo no exame de caricaturas e outras formas de ilustrações, impõe-se a difícil e, às vezes, intraduzível secção dos ditos não verbalizados. Imerso em outra cultura, época e abordando temas sensíveis como “a questão religiosa” em Portugal durante o processo de fundação da Primeira República, cabe cautela com o exame das fontes, um procedimento crítico e olhar apurado para o não dito. Evidenciar determinada piada, explicá-la e associá-la ao

seu evento gerador, personagem político ou instituição, exige o entendimento da construção das práticas e das representações daquele lugar e época. Estudar uma produção humorística se torna operacional apenas se tivermos um conjunto de fontes que nos permita compreender como tais projeções impactaram a sociedade e, de alguma forma, estiveram imersas, enquanto discurso, em transformações sociais (Saliba, 2017, p. 23). Para o investigador que tem como base a História Cultural, “[...] mais importante do que analisar o conteúdo das formas cômicas ou sua originalidade é analisar seus usos, reconstruindo suas práticas e sucessivas apropriações contidas em todos os planos da vida humana” (Saliba, 2017, p. 36).

Nesse sentido, o que realizamos ao longo deste texto não foi expor o que fazia as pessoas rirem em jornais de sátira política em Portugal entre 1908 e 1911, mas quais foram os usos sociais das piadas, ilustrações e representações para a subversão da cultura política hegemônica naquele momento e lugar. Como o humor também é definido como um mecanismo de enfrentamento psicológico (Saliba, 2017, p. 9), coube-nos evidenciar os seus usos para a tentativa de superação de uma realidade política, econômica e sociocultural aversa aos princípios dos republicano-liberais, bem como para o estabelecimento e a manutenção do regime recém instaurado.

## Fontes

O XUÃO, n. 1, fev. 1908, p. 1. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1908/Fevereiro/N000/N000\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1908/Fevereiro/N000/N000_item1/index.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O XUÃO, n. 104, 22 fev. 1910, p. 4-5. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1910/Fevereiro/N104/N104\\_item1/P4.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1910/Fevereiro/N104/N104_item1/P4.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O XUÃO, n. 14, 26 mai. 1908, p. 8. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1908/Maio/N014/N014\\_item1/P8.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1908/Maio/N014/N014_item1/P8.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O XUÃO, n. 48, 19 jan. 1909, p. 4-5. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1909/Janeiro/N048/N048\\_item1/P4.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1909/Janeiro/N048/N048_item1/P4.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O XUÃO, n. 77, 17 ago. 1909, p. 2. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1909/Agosto/N077/N077\\_item1/P2.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OXuao/1909/Agosto/N077/N077_item1/P2.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O ZÉ, n. 1, 1 nov. 1910, p. 1. Disponível em: <[https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1910/N001/N001\\_item1/index.html](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1910/N001/N001_item1/index.html)>. Acesso em: 11 dez. 2022.

O ZÉ, n. 1, 1 nov. 1910, p. 7. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1910/N001/N001\\_item1/P6.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1910/N001/N001_item1/P6.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

O ZÉ, n. 24, 25 abr. 1911. p. 1. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1911/N024/N024\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OZe/1911/N024/N024_item1/index.html)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PORTUGAL. Constituição Política da Monarquia Portuguesa, Diário do Governo, 24 abr. 1838. Disponível em: <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PORTUGAL. Lei de Separação da Igreja e do Estado, 1911. Disponível em: <<http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/lei-1911-pt.pdf>> Acesso em: 25/06/2021.

## Referências

BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. Anais do V encontro Internacional/ Paris-Est. 2016. p. 664-677.

CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*. Lisboa, v. XXIV. (100), 1988, p. 211-273.

CATROGA, Fernando. O Livre-pensamento contra a Igreja: a evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX). *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 22, 2001, pp. 255-354.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COUTROT, Aline. *Religião e Política*. REMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 331-364.

DUARTE, Ricardo Diogo Mainsel. *Violência anticlerical na I República (1910-1917): perspectivas antropológicas e historiográficas*, 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Nova Lisboa, Lx, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2ªed. Brasília: UnB, 2016.

MATOS, Luís Salgado de. *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*. 5 de outubro de 1910 – 28 de maio de 1926. Lisboa: Dom Quixote, 2011.

MATOS, Luís Salgado de. *O Estado de Ordens: a organização política e os seus princípios fundamentais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MOURA, Carlos André Silva de. “Não tenhas medo, eu sou a graça”: a invenção de uma cultura visionária mariana em Portugal e no Brasil (1900-1936), 2021. 209 f. Tese de Livre Docência em História. Universidade de Pernambuco, Recife, 2021.



MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

MOURA, Carlos André Silva de; SILVA JUNIOR, Edmilson Antonio da. O projeto de laicismo orquestrado por Afonso Costa e a implantação da República portuguesa em 1910. *Boletim do Tempo Presente*, v. 11, n. 6, jun. 2022, pp. 29-43.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. *A “Guerra Religiosa” na I República*. 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010.

PEREIRA, João Francisco Silva Sousa. *Um político católico no tempo das Luzes: a religião em Sebastião José de Carvalho e Melo*. 170f. Dissertação (Mestrado em Teologia), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019.

PINTO, Sérgio Ribeiro. *Separação Religiosa como Modernidade. Decreto-Lei de 20 de abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011.

PINTO, Sérgio Ribeiro. *Servidores de Deus e funcionários de César. O clero paroquial da Monarquia à República (1882-1917)*. Cosmorama Edições: Maia, 2017.

PIRES, Ana Paula. As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 61, mai.-ago. 2017, pp. 331-354.

SALDANHA, Ana Maria. O Fim da Monarquia Constitucional Portuguesa e o Advento da República (5 de outubro de 1910): Simbologias e imaginários em transformação. *Revista Labirinto*, v. 23, jul.-dez. 2015, pp. 115-156.

SALIBA, Elias Thomé. História Cultural do Humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. *Rev. Hist*, n. 176, jan. 2017, pp. 1-39.

TUNA, Cátia. *Le rire entre le poison et la purge: le fado anticlérical à la veille de la séparation de l'État et de l'Église au Portugal (1880-1910)*. In: GUGELOT, Frédéric; ZAWADZKI, Paul (Org.). *Rire sans foi ni loi? Rire des dieux, rire avec les dieux*. Éditions Hermann: Paris, 2021, pp. 109-124.

VALE, Rony Petterson Gomes do. Condições para uma análise do discurso humorístico. *Acta Scientiarum. Language and Culture*. v. 37, n. 4, out.-dez. 2015, pp. 431-441.

Editor responsável: Alfredo Teixeira

Recebido: 13 dez. 2022

Aprovado: 19 jun. 2023